



**A GUERRA E
AS GUERRAS
COLONIAIS
NA ÁFRICA
SUBSAARIANA**

**JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA
JULIÃO SOARES SOUSA
SÉRGIO NETO
COORD.**

**IR PARA A GUERRA/EMIGRAR PARA O BRASIL:
DOIS CENÁRIOS, DUAS REALIDADES
EM VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Odete Paiva

0000-0003-0414-6528

Resumo: O Minho foi uma das regiões onde a emigração para o Brasil, sobretudo entre a segunda metade de Oitocentos e a eclosão da I Guerra Mundial, fez parte integrante do padrão de vida da população. Anos houve em que a hemorragia de homens em idade anterior à do cumprimento do serviço militar foi de tal monta que deu origem a grandes debates na imprensa e no Parlamento, conduzindo à produção de legislação reguladora, muita dela dissuasora da partida de Portugal. A existência de um *corpus* legislativo, tanto no período do liberalismo como da vigência de um estado de matriz republicana, em fases marcadas axialmente a favor da migração para as colónias africanas portuguesas, embora enformasse as práticas da população, não determinou a mudança de certa realidade já instituída, ou seja, a ida de muitos rapazes púberes cuja família nuclear lhes preparava a viagem para que eles pudessem partir antes do recenseamento militar. O nosso estudo tem como objeto a atual cidade de Vila Nova de Famalicão

que foi até aos anos sessenta do século passado, uma vila. Inserida na região do Baixo Minho é protótipo de uma localidade em que a emigração para o Brasil foi soberana e onde deixou marcas. Conquanto nesta localidade fosse até ao início da Primeira Grande Guerra proporcionalmente muito significativa a partida de rapazes em idade anterior à exigida para o serviço militar, casos houve em que a família teve de arranjar estratégias para o jovem sair do país iludindo a lei, pois a idade já não permitia que fosse sem um ónus significativo, isto é, com passaporte falso ou outra via clandestina. Ao analisarmos os livros de recenseamento militar damos-nos conta do volume do êxodo desta massa populacional, confirmado quando compulsamos outras fontes civis ou eclesiásticas e as cruzamos, por exemplo, registos dos atos vitais, róis de confessados e correspondência privada. A sociedade civil sofreu com o esforço de guerra, tal como no resto do País e as mulheres constituíram um movimento para ajudar as famílias dos militares que foram para o teatro de operações.

Palavras-chave: Guerra de 1914-1918, Emigração de jovens, Minho, Brasil

Abstract: Minho was one of the regions where emigration to Brazil, especially between the second half of the 19th century and the outbreak of World War I, was an integral part of the population's standard of living. Years ago, the haemorrhage of men before the age of military service was such that it gave rise to great debates in the Press and in Parliament and led to the production of legislation, which tried to prevent the exits of the country. The existence of legislation in the liberal and republican periods in stages marked by migration especially to the Portuguese colonies in Africa, did not determine the

change of a certain reality already established, i.e., the departure of many pubescent boys whose nuclear family prepared the trip so that they could leave before the military census. Our study focuses on the current town of Vila Nova de Famalicão which was until the 60th of last century, a village. Inserted in the Minho region is an example of a locality in which emigration to Brazil was sovereign and where it left marks. Although in this locality there was, until the beginning of World War I, a very significant departure of young men before the required age for the military service, cases had in which the family had to arrange strategies for the young person to leave the country deceiving the law, since the age would no longer allow it to go without a significant burden, that is, with a false passport or other clandestine route. In analysing the military census books, we are reminded of the volume of the exodus from this mass of population, confirmed when we compile other civil or ecclesiastical sources and cross them. Civil society suffered with the war effort, just as in the rest of the country, and the women constituted a movement to help the families of the military who went to the theatre of operations.

Keywords: World War I, Youth Emigration, Minho, Brazil

Introdução

A trilogia República, Pátria e Nação, como que formando um polígono perfeito e de faces interdependentes, ganhou terreno no seio dos políticos do jovem regime implantado com o 5 de outubro de 1910, com especial relevo entre os democráticos de Afonso Costa. A Guerra de 1914-1918 panejou este desiderato que serviu os democráticos no seu intento intervencionista.

Já em 10 de novembro de 1912, Afonso Costa, considerava que a haver uma conflagração europeia, como admitia poder dar-se, «pois as grandes potências preparam-se para a luta»¹, Portugal tinha que se definir sem demoras, «para que não tenhamos dolorosas, horríveis surpresas»².

Daqui se infere que a entrada na beligerância era para a linha afonsista uma inevitabilidade, como salvaguarda da nossa integridade territorial, da autonomia e do nosso lugar na Europa aquando da paz final.

E a guerra eclodiu nesse verão de 1914. Portugal vivia um processo difícil e conturbado, com brechas e divisionismos a nível político e agitação e descontentamento social.

Após uma longa fase de incertezas, de avanços e de recuos, de várias ações político-diplomáticas, do extremar de posições político-partidárias, de cedências perante uma Inglaterra que parecia querer-nos fora da guerra, mas beneficiar das condições geoestratégicas portuguesas, Portugal saiu da *sui generis* neutralidade em que estava.

A requisição pelo governo português a 24 de março de 1916 dos navios alemães surtos no Tejo foi o *casus belli*. Encontravam-se abertas as hostilidades luso-germânicas que romperiam as relações já de

¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Afonso Costa*. 2.^a Ed. Lisboa: Arcádia, 1975, p. 354.

² Idem – *Ibidem*.

si precárias entre os dois países, dada a posição que a Alemanha vinha assumindo em Angola e Moçambique.

O breve encontro entre o Barão de Rotsen e o ministro dos negócios estrangeiros português, Augusto Soares, foi o epílogo. A Alemanha declarou-nos guerra a 9 de março de 1916. Os germânicos regressavam à sua Pátria e Sidónio Pais a Portugal. Era o fim de um ciclo. Havia que fazer a mobilização geral. Caiu o Ministério e reuniu-se o Congresso.

O governo da União Sagrada constituído por democráticos e evolucionistas foi o que se conseguiu do apelo dos republicanos à união perante um facto consumado, o da nossa entrada na cena bélica europeia.

Se até então Portugal vivia um clima social conturbado, passou a experienciar um avolumar de tensões aos mais diversos níveis, de que salientamos: a instabilidade política, a crise económica, a duplicidade de colocação face à guerra e a radicalização das posições, a trama político-militar anti intervencionista e anti regime e a deficiente legitimação da guerra europeia conseguida pela corrente defensora da intervenção no *campus belli*.

Neste cenário, marchou já em janeiro de 1917 para o teatro de operações europeu, uma divisão do Corpo Expedicionário Português, após o denominado milagre de Tancos.

O esforço de guerra foi sentido em todo o país e Famalicão³, caso que iremos estudar, contribuiu com uma quota desse sacrifício, tanto através de homens, como dos encargos extraordinários advindos da situação belicista.

Como foi uma região em que a emigração atingiu cifras volumosas, num padrão maioritariamente masculino, iremos discutir a

³ Utilizaremos de forma indiferenciada a designação de Vila Nova de Famalicão e Famalicão.

questão e debruçar-nos sobre essa dicotomia, emigrar ou partir para a guerra⁴.

Conquanto nesta localidade fosse até ao início da Primeira Grande Guerra muito significativa a emigração para terras brasileiras de rapazes em idade anterior à exigida para o serviço militar que se ausentaram pela via legal, casos houve de emigração clandestina. Com a entrada de Portugal na campanha belicista ao lado dos aliados, a legislação reduziu as possibilidades de saída legal do País, restringindo-a grosso modo às mulheres, o que levou a que a via ilegal fosse quase a única para os homens que podiam integrar o exército.

Caraterização sucinta do objeto de estudo

Vila Nova de Famalicão é uma cidade portuguesa da região Norte e sub-região do Ave integrada no distrito de Braga. Nos anos trinta do século XIX, passou a sede de concelho e na década de quarenta foi elevada a vila, tendo passado a cidade em 1985.

É sede de um município formado por 49 freguesias, com 201,85Km² e 134 969 habitantes, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2009. Em 2011, a cidade tinha 33 045 habitantes.

O concelho é limitado a norte pelo município de Braga, a este pelo de Guimarães, a sul pelos de Santo Tirso e da Trofa, a oeste pelos de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim e a noroeste pelo de Barcelos. A sua localização, como que formando uma estrela radial,

⁴ Não estamos em condições de fazer a quantificação exata dos que emigraram e não mais regressaram, tendo em conta diversas variáveis, uma delas derivada de não se conseguir saber qual a cota e os sujeitos da emigração não legal, embora se tenha conhecimento de alguns casos. Acresce ainda, por exemplo, a circunstância de não termos a indicação precisa de quem foi para os territórios em beligerância.

terá sido um elemento central do seu incremento, potenciado no século XIX pela ferrovia e pelas novas estradas.

Mesmo antes da sua condição de sede de município (1835) e de vila (1841) assumiu-se como uma comunidade permeável ao exterior, onde afluíam indivíduos do concelho e de fora dele.

No século XIX e princípios do XX, Famalicão foi uma vila de atração para brasileiros, seja oriundos da Vila e freguesias do concelho, ou de outras regiões e mesmo para descendentes destes emigrantes, muitos já nascidos no Brasil. O seu desenvolvimento em muito se deveu às remessas monetárias dos emigrantes brasileiros da sede e do resto do concelho que rumaram em Oitocentos e Novecentos para o Brasil.

Conquanto mais pronunciado a partir da criação do concelho, o incremento populacional foi uma realidade ao longo de séculos, pe-
sem embora certos condicionalismos como a mobilidade externa de longa distância, alguma dela sem retorno e a mortalidade, que em alguns anos teve períodos de pequenas crises, como o de 1918⁵. Detenhamo-nos nos dados da representação gráfica.

Ano	Fogos	População	Fontes
1900 ¹	443	2170	Recenseamento geral da população
1911	444	2314	Recenseamento geral da população
1920	465	2284	Recenseamento geral da população

Quadro n.º 1 – Quantitativos populacionais de Famalicão. 1900–1920.

Fonte: PAIVA, Odete – *Vila Nova de Famalicão. De freguesia rural a urbana (1620–1960). Comportamentos demográficos e sociais*, sob a orientação de Maria Norberta Amorim e José Viriato Capela. Braga: Universidade do Minho, 2014, p. 82.

¹ Dissertação de Doutoramento.

⁵ PAIVA, Odete – *Vila Nova de Famalicão. De freguesia rural a urbana (1620–1960). Comportamentos demográficos e sociais*, sob a orientação de Maria Norberta Amorim e José Viriato Capela. Braga: Universidade do Minho, 2014, p. 81. Dissertação de Doutoramento.

Como se observa no quadro, a população baixou de 1911 a 1920, facto compaginável com dois anos seguidos de saldo fisiológico negativo, o de 1918 e o de 1919. Admitimos que a partida de rapazes na adolescência se tenha repercutido nestes números deficitários, bem como a morte de alguns fruto da entrada portuguesa na Primeira Grande Guerra, para além de outras causas.

A Emigração para o Brasil em Vila Nova de Famalicão e a ida para a Guerra

Outrora já, mas hoje sobretudo, emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população⁶, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza; e esta sangria operada nas mais ativas e robustas das populações portuguesas, não obstante representar um prejuízo nacional incalculável, tem sido contudo o único e estúpido processo de proporcionar aos trabalhadores, que não emigram, uma situação tolerável⁷.

O fenómeno da emigração foi apontado em 1978 por Magalhães Godinho como uma constante estrutural da sociedade portuguesa. Inserida nas grandes migrações europeias para o Novo Mundo a corrente migratória portuguesa configura um modelo singular, com a «exportação» de cidadãos portugueses para a sua ex-colónia.

⁶ Entre outros escritores que se referem à densidade populacional de Portugal indiquemos um autor da região em que se insere o nosso estudo, Alberto Sampaio. Diz-nos este ser Portugal um dos países mais populosos da Europa, apodando-o de um viveiro humano, havendo por tal de sair muita da sua população. Aponta o Brasil como principal destino dos fluxos portugueses «e se a fortuna o não favorece de lá passará à África ocidental». SAMPAIO, Alberto – *Estudos históricos e económicos*. Vol. I. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1923, p. 535. V. Idem – *Ibidem*, p. 530-531.

⁷ TELLES, Bazílio – *Carestia de vida nos campos. Cartas a um lavrador*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1904, p. 78-79.

A literatura científica que se debruça sobre o tema converge no lugar axial por ela desempenhado na sociedade lusa, não só a nível demográfico, como socioeconómico e cultural, apontando muitos estudos para a questão recorrente da sua centralidade no discurso político e de muita imprensa.

A partir da independência do Brasil até à Primeira Grande Guerra, a sociedade famalicense é caracterizada por um padrão populacional constituído por muitas famílias, onde os rapazes estão ausentes, um número considerável deles tendo partido maioritariamente para esse país, entre os dez e os treze anos. Mesmo nos agregados monoparentais o fenómeno está presente, daí que em Famalicão e noutras freguesias do concelho, encontremos uma forte exogamia. Na hora de casar, a mulher via-se na necessidade de arranjar um homem de fora ou unir-se conjugalmente a um viúvo.

Tomando como amostra as freguesias do concelho que foram objeto de estudo através do método Amorim (1991), com especial relevo a nossa análise de Vila Nova de Famalicão e de Avidos e cruzando essa informação com a da mobilidade externa e interna e elementos advindos de fontes como o recenseamento militar, estamos em condições de afirmar que o êxodo foi significativo e mais evidências haveria se pudéssemos ter acesso à emigração ilegal.

Contamos com uma base para estas duas comunidades que nos permite verificar da mobilidade da população e se alargarmos o cruzamento além dos recenseamentos militares a outras fontes como as pensões de guerra, listas de mortos em combate, dados da imprensa local e fontes epistolares, teremos a possibilidade de traçarmos alguns quadros, mesmo que de momento de natureza provisória.

O recrutamento militar dá-nos conta da ausência de rapazes em idade de serem presentes ao serviço militar e, em certos anos, mais de um terço está fora de Famalicão, registando-se famílias em que só ficaram as raparigas. Se de alguns jovens temos notícia que residiam em cidades como o Porto, Braga ou Coimbra, nesta última

cidade essencialmente a estudar, outros encontravam-se no Brasil. Uma parcela destes jovens aparece-nos nos livros de recenseamento militar e na imprensa como refratária.

Tomando como exemplo a arma de Infantaria, por ser esta a que tinha mais efetivos, a região do País de onde mais militares desertavam era o norte, estando em primeiro lugar o Regimento de Infantaria n.º 3 sediado em Viana do Castelo, o Regimento de Infantaria n.º 8 com sede em Braga em terceiro lugar e o de Infantaria n.º 31 aquartelado no Porto em quarto lugar⁸.

Nos designados desertores estavam incluídos aqueles rapazes que não se apresentaram à inspeção militar por estarem emigrados, no caso vertente do concelho de Vila Nova de Famalicão, no Brasil.

Eram elementos que em tempo de guerra constituíam uma força fundamental para integrarem o corpo de segurança e de salvaguarda da nossa integridade nacional e na hora da futura negociação de paz, por terem contribuído para o esforço de guerra, darem à nação portuguesa um lugar no jogo de xadrez entre os países que estiveram em conflito.

Do concelho de Vila Nova de Famalicão soldados e graduados ajudaram a firmar a posição portuguesa, entrando na cena de guerra. Uns em África e outros em França terçaram armas, alguns regressaram e certos deles não mais voltaram.

Das listas oficiais dos que ficaram em campo sepulcral em França fazem parte alguns famalicenses. Um deles, por estar ligado a um caso que teve enorme destaque na imprensa, ocupará parte deste artigo, o caso do fuzilamento de um militar portuense, em cujo processo esteve o juiz auditor Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro.

⁸ FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916–1918*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010, p. 266.

A sociedade civil local não assistiu inerte à mobilização e à partida dos militares para o teatro de operações. Uniu-se em iniciativas como a Festa da Flor em 1916, e no ano seguinte, a fim de angariar fundos para os soldados combatentes, foi criada a Associação das Portuguesas às vítimas da Guerra, grupo de benfeitoras do concelho, cuja presidente era a Viscondessa de Pindela.

Admitimos que algumas mulheres hajam sido madrinhas de guerra na linha do que aconteceu no resto do País. Atentemos no que escreve o articulista do jornal *A Guarda*⁹, sobre esta matéria: depois de perguntar à sua entrevistada se havia muitos pedidos de madrinhas de guerra dos Regimentos das Beiras, e concretamente do 12 da Guarda, e de obter a sua afirmativa, esta falou-lhe da missão hercúlea da presidenta, M.^{me} Bensaude, que no seu gabinete trabalhava horas contínuas para ajudar os militares, acrescentando que alguns deles não se limitavam a pedir uma madrinha de guerra, mas também solicitavam proteção para um pequeno irmão que ficou desamparado, para um filho que consideram órfão.

Mais adiante, o redator da notícia concluía dos dados da entrevista que de todo o País eram necessárias madrinhas para os muitos soldados que as pediam à benemérita instituição e que estes bem precisavam e bem dignos eram de incentivo, de alento e de coragem.

Anos mais tarde, como foi acontecendo em muitas localidades, também em Famalicão foi inaugurado o Monumento aos Mortos da Grande Guerra na Praça 9 de abril e criada a delegação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em 12 de dezembro de 1934.

Tal como já referimos, os famalicenses que não emigraram seguiram a arquitetura das outras regiões portuguesas: foram objeto de recenseamento e estiveram sujeitos ao serviço militar obrigatório.

⁹ *A Guarda: Semanário católico regionalista*. Ano XIII. Guarda: S. N., 23 de jun. de 1917, p. 3.

Atentemos no que nos diz um senador da república, Sousa Fernandes, natural de Famalicão, em carta dirigida ao ministro da guerra, alertando-o para desvios à lei do serviço militar e possíveis implicações.

No jornal *O Porvir* de que era diretor, de matriz democrática, publicado nesta vila, o senador transcreveu a epístola referida a 3 de setembro de 1914. Dela retemos que do concelho, nesse ano, foram à inspeção 336 mancebos: 112 apurados definitivamente, dois condicionalmente, 87 adiados temporariamente e 135 isentos definitivamente, ou seja, segundo Sousa Fernandes, só 35% de rapazes válidos e saudáveis.

Acrescentou que era voz corrente que o Ministério da Guerra terá mandado apurar só o que fosse muito bom. Dizia não compreender o facto, numa terra onde não havia epidemia e a população viril era saudável. E interrogava-se se o empenho era já de novo considerado como meio de furtar os cidadãos ao serviço militar.

Decorrido pouco mais de um mês, o mesmo periódico em artigo curto, mas incisivo, com o título «*Dura Lex*», escrevia que se dizia que novas inspeções militares iam ser ordenadas para evitar que a lei do serviço militar obrigatório seja mistificada em proveito de uns e prejuízo de outros.

Parece que este desiderato não foi conseguido, pois em artigo de primeira página do jornal *A Guarda*, de 26 de agosto de 1916, com a epígrafe «A vida dos mortos», escreve-se que:

O senhor Pais Gomes tinha chamado a atenção do senhor ministro da guerra para o caso insólito e imprevisto, fora de toda a legalidade e de toda a justiça, de serem as regiões do centro do país, sobretudo as Beiras, preferidas para as mobilizações militares, com expresso favoritismo das outras pois só do distrito de Viseu saíram já 10 000 homens¹⁰.

¹⁰ *A Guarda: Semanário católico regionalista*. Ano XII. Guarda: S. N., 26 de ago. de 1916, p. 1.

Vivíamos tempos difíceis a exigir muito de todos, onde a instabilidade era uma constante. A beligerância tinha arrastado milhares de portugueses para um objetivo nacional decidido pelos políticos no poder, cuja voz não obtinha consenso nacional. Muitos se interrogavam: porque se foi para a guerra? Porque se adotou o intervencionismo? E pareciam desconhecer os objetivos e as estratégias de guerra. Seria necessário abandonar a neutralidade? E a sê-lo, o campo bélico não se poderia circunscrever a Angola e a Moçambique?

A República para alguns teria de explicar melhor o seu *modus operandi*. A este propósito, dizia-nos Sousa Fernandes, logo na página inicial do jornal *O Porvir* de 3 de setembro de 1914: «não há pessoa alguma de mediana cultura que não tenha compreendido claramente qual é a nossa situação perante o conflito europeu»¹¹.

Isto refere o senador democrático da república no início da guerra europeia, mas parecia não ser tão evidente para todos, mesmo passados anos, havendo vozes que defendiam que o intervencionismo na guerra europeia era uma forma de legitimação da república.

Claro que a estratégia aliadófila era travejada por interesses nacionais e objetivos de ordem externa. Como expressava Sousa Fernandes, havia que salvaguardar o interesse e a unidade nacional.

Conforme já referimos, apesar de um número elevado de homens ter emigrado fundamentalmente para o Brasil, muitos famalicenses foram mobilizados e partiram para o teatro de operações, uns para África e outros para França, quando as diretrizes políticas assim o exigiram, pois entrando Portugal em guerra ao lado dos aliados, esperava um lugar no concerto das nações após o conflito e o reconhecimento internacional que depois da queda da monarquia detinha só *de jure*.

¹¹ *O Porvir. Semanário Democrático Independente*. Ano IX. Beja: S. N., 3 de set. de 1914, p. 1.

Era Moçambique como que um palco de guerra de segunda linha, mas cobiçado pelas potências europeias devido à sua posição geoestratégica, como plataforma de entrada nos portos dos vizinhos países e ainda a sua copiosa riqueza de solo e subsolo. Os alemães, à semelhança do seu projeto Média Europa (domínio da União Europeia Central) defendido por eles durante a Primeira Guerra Mundial, conceberam o projeto Média África juntando ao território que já dominavam, os espaços coloniais detidos nesse continente por portugueses, franceses e belgas, pensando formar no final da Guerra um vasto império germânico.

Neste cenário se viram envolvidos militares portugueses e destes, alguns famalicenses, como Joaquim Alves Correia de Araújo, de Requião, que enquadrado como capitão médico em Artilharia de Montanha, prestou serviço em Moçambique pelo menos de 20 de abril de 1918 a 6 de dezembro deste ano. Fonte familiar dá-o como chegado à cidade da Beira, em Moçambique, em finais de maio de 1917, a bordo do vapor Portugal acompanhando o contingente de infantaria n.º 31.

Mais dois capitães foram para essa colónia, Manuel José Rebelo, da freguesia de Lousado, de Infantaria n.º 29 e José Maria Moreira, de Vale S. Martinho, do 2.º C.I. Exp. Da freguesia de Gavião também prestou serviço no território africano o segundo sargento Augusto Pinheiro da Silva, oriundo do Regimento de Infantaria n.º 20.

A Infantaria foi uma das armas de destaque em Moçambique, dada a sua topografia, com zonas de floresta vasta e frondosa e de capim.

Outros famalicenses estiveram destacados como militares nas colónias africanas sem que as fontes nos refiram se em Angola ou Moçambique, mas em menor proporção que nas linhas bélicas europeias. Numa relação de combatentes residentes em 1955 em Famalição, que sobreviveram da Grande Guerra, só 18,2% foram para África, distribuídos maioritariamente pela arma de Infantaria, respetivamente dos Regimentos n.ºs 5, 8, 29 e 31. Vinham em segunda

posição os Sapadores Mineiros de Lisboa e depois outras armas ou especialidades, como Artilharia de Montanha, Caminho de Ferro, Obuses de Campanha e Companhia de Saúde.

Um dos combatentes que mais se distinguiu em campanha, tendo estado nas duas linhas de guerra, a africana e a europeia, foi o famalicense da freguesia de Lemenhe, António Rodrigues da Cunha. Nasceu a 10 de dezembro de 1878 e era filho de proprietários, o pai da Casa de Padroso, em Lemenhe, e a mãe da Casa da Torre, no Louro. Seguiu a carreira militar após ter cursado a Faculdade de Filosofia em Coimbra.

Sendo sargento cadete, matriculou-se na Escola do Exército aos 22 anos e concluiu o curso de Infantaria, e em 1904 foi promovido a alferes, tendo chegado a capitão ainda no decurso da Grande Guerra e a Coronel em 1936.

Integrou as campanhas do sul de Angola, a de 1914–1915 comandada pelo General Pereira de Eça e a de 1915–1916. Também esteve na Flandres, seguindo em 26 de janeiro de 1917, na primeira divisão portuguesa do CEP comandada pelo coronel Gomes da Costa.

Foi condecorado com o grau de comendador da ordem militar de Avis, em 1921, tendo ainda medalhas das campanhas em África e na Flandres.

A França foi outro destino das forças expedicionárias portuguesas, onde se integraram alguns famalicenses. A lista de sobreviventes locais a que já aludimos era composta essencialmente por militares que foram para o teatro de operações europeu, numa percentagem de 81,8%. A exemplo dos efetivos que estiveram em África, também dominou a arma de Infantaria, com prevalência do Regimento de Infantaria n.º 8 de Braga, de onde advieram 76% dos homens em ação militar na Europa. Havia ainda efetivos da mesma arma, mas de outros Regimentos como o n.º 28 da Figueira da Foz, os n.ºs 29 e 31 do Porto e de outras especialidades, como o Regimento de Artilharia n.º 5 de Viana, o Regimento de Cavalaria n.º 11 de Braga, o Regimento

de Sapadores do Caminho de Ferro de Lisboa, o Regimento de Obuses de Campanha de Castelo Branco, a Companhia de Automóveis, o Batalhão de Morteiros, entre outros.

Desta relação de militares que estiveram em operações de guerra conseguimos identificar e seguir em encadeamento genealógico 54,6% dos indivíduos na base de dados de Famalicão e 100% na de Avidos, o que nos possibilita traçar as biografias.

Uma outra fonte por nós usada foi a relação das pensões de guerra de 1917–1918 feita pela Administração do concelho de Famalicão. Nela constam os detentores das pensões que eram familiares dos militares expedicionários, o que invalida, para já, a sua identificação, a não ser nas freguesias já reconstituídas pelo método Amorim¹².

Foi interessante cruzarmos os dados das pensões deixadas pelos militares em campanha com a lista dos famalicenses combatentes, feita em 26 de novembro de 1955, que nos permitiu verificar que alguns deles eram já casados e doavam esses valores pecuniários ou às mulheres ou às mães.

A título de exemplo inserimos uma genealogia de um combatente da sede do concelho e outra de um da freguesia de Avidos.

Caso 1

O soldado José Martins falecido na Primeira Grande Guerra era descendente de Cândido Martins e Camila Rosa de Freitas. Nasceu em Famalicão a 1 de janeiro de 1892, sendo o mais velho dos 5 filhos do casal. A mãe recebeu a pensão em 5 de dezembro de 1917. Desta família podemos seguir em encadeamento genealógico a irmã Augusta Rosa Freitas Gomes da Costa casada a 9 de julho de 1905 com Gabriel Gomes sepultado a 26 de março de 1960.

¹² AMORIM, Maria Norberta – *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho, 1991.

Caso 2

Arnaldo Pereira Ribeiro foi o soldado n.º 377 de Artilharia n.º 5 de Viana e a mulher recebeu pensão entre 22 de outubro de 1917 e 8 de dezembro de 1918.

Arnaldo, cuja data de nascimento se desconhece, casou a 28 de agosto de 1913 em Avidos, com Maria Rosa Marques, nascida nesta localidade a 9 de outubro de 1891, onde tiveram quatro filhos. A primogénita, Albertina Rosa Pereira, foi batizada a 25 de janeiro de 1916 e casou na freguesia, a 20 de junho de 1935, com Mário Ferreira de Carvalho, não tendo registado descendentes diretos em Avidos. Só da filha Palmira Pereira Ribeiro, de quem não temos a data de nascimento, casada com José Ferreira dos Santos nos é possível seguir mais gerações. Os quatro descendentes deste casal uniram-se conjugalmente em Avidos entre 1971 e 1980, pelo que poderemos aceder aos netos do nosso combatente e tentar resgatar dados sobre a vida do avô.

Quantos soldados famalicenses não sentiriam o que Jaime Cortesão escreveu e que citamos:

Ai! Adeus, acabaram-se os dias... Já não há uma hora de sossego, desde os começos de março. E no receio ou no preparo duma ofensiva – vão lá saber... a gente nunca sabe... – torna-se mais densa a infantaria junto às linhas... Fui avisado pelo ajudante Zé Ferreira que o general Gomes da Costa queria alguns boches e escolhera a minha companhia para essa operação¹³.

Às duas da madrugada marchamos pela trincheira para os pontos de saída. E cautelosos, em silêncio, rastejando, cortamos a terra de ninguém, até que às duas e quarenta e cinco estamos em

¹³ CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919, p. 157.

linha a 25 metros do boche, devidamente escalonados em grupos por ordem de execução das missões¹⁴.

Drama numa catástrofe: fuzilamento de um soldado português em França em 1917

O Código do Processo Militar aprovou em 1911 a extinção da pena de morte para crimes do foro militar, bastantes anos mais tarde do que tinha sido decretada para a matéria do direito comum, respetivamente em 1867 para o Continente e 1870 para o Ultramar.

A nossa entrada na cena de guerra europeia em 1916 veio colocar a questão da introdução da pena capital por fuzilamento, em contexto de beligerância com país estrangeiro. A Constituição sofreu revisão, a fim de que essa cláusula fosse inserida.

Esta lei foi objeto de contestação por parte da população portuguesa que via nela um retrocesso civilizacional, num país pioneiro na sua abolição.

Estávamos no dia 16 de setembro de 1917, eram 7h45 da manhã. Após um processo não isento de controvérsias, hesitações e pressões, foi executado por fuzilamento em Picantin, França, o soldado português João Augusto Ferreira de Almeida, n.º 505, *chauffeur* do Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 23.

Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro, um famalicense da freguesia de Vermoim, participou como juiz auditor no processo da condenação à morte desse jovem militar de 23 anos. Poucos dias sobreviveu ao soldado, vindo a falecer em França, a 21 de setembro de 1917, com o posto de major.

O juiz Pimenta Carneiro era filho de Francisco Inácio de Aguiar Pimenta Carneiro e de Maria da Glória Pereira de Magalhães. Seus

¹⁴ Idem – Ibidem, p. 159.

pais casaram em 1862, na capela dos viscondes de Santa Luzia. Foram proprietários da Casa da Breia, em Vermoim, tendo sido Francisco Pimenta Carneiro ajudante do general MacDonell nas revoltas do Minho, vulgarmente conhecidas por revoltas da Maria da Fonte.

Quando faleceu o militar famalicense Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro o parente mais próximo era o seu irmão, Félix Maria de Magalhães Aguiar, residente em Santo Tirso.

Tal como o soldado fuzilado, também Pimenta Carneiro se encontrava havia poucos meses em França, pois tinha embarcado em Lisboa a 12 de fevereiro de 1917.

A sua morte foi devida a uma síncope cardíaca, depois de haver sido assistido na ambulância n.º 4, ficando sepultado longe da sua terra natal, em França, no cemitério de Fauquembergues, coval n.º 2.

Fontes coevas apontam o seu estado de nervosismo ao assinar a sentença, dizendo que as mãos lhe tremiam. Tinha sido a última condenação à morte de um português sentenciado por um júri nacional.

Conclusão

A mobilidade encontra expressão destacada nas migrações externas, fenómeno estrutural endémico, em muitas regiões do nosso País em que se inclui o Minho, zona geográfica a que pertence Vila Nova de Famalicão. Milhares de naturais ou residentes no concelho partiram para terras brasileiras como emigrantes, uns retornando, outros inserindo-se na tipologia dos torna-viagem e muitos deles jamais tendo regressado.

Quando deflagrou a Primeira Grande Guerra, uma percentagem significativa de jovens não esteve presente na hora do recenseamento militar, sendo eles computados como desertores ou refratários.

À medida que a legislação «se fechava», expedientes vários entravam em ação tendentes a contorná-la, e cada vez mais as localidades

se despovoavam de rapazes que assim retiravam à nação o vulgarmente conhecido por tributo de sangue, ou de cidadania.

Pese embora o uso de estratégias para fugir à tropa, os famalicenses não foram dispensados de contribuir com a sua cota para o tributo de guerra. Vários habitantes da sede e dos outros aglomerados do concelho compuseram as fileiras do exército português, tanto graduados como soldados.

Dada a necessidade de militares, admitimos que na ausência dos emigrantes fossem mobilizados mesmo aqueles que não estivessem em plena forma, tal como fontes contemporâneas referem, o que fazia aumentar o número de doentes no terreno de operações.

Alguns destes indivíduos que cumpriram o seu serviço no teatro de guerra puderam ser seguidos em encadeamento genealógico, dado dispormos da base de dados demográfica em muito longa duração, construída pelo método Amorim¹⁵, das freguesias de Vila Nova de Famalicão¹⁶ e de Avidos¹⁷.

Este artigo abriu novas perspetivas de abordagem para um melhor conhecimento da cota do esforço de guerra dos famalicenses, tirando partido de um leque de fontes que cruzadas nos permitem com segurança traçar episódios da narrativa da comunidade no contexto da Primeira Grande Guerra. Mostrou também que com a paróquia reconstituída pelo método Amorim¹⁸, pode ir longe esse conhecimento, que prosseguiremos em estudo de que este foi o prelúdio.

¹⁵ AMORIM, Maria Norberta – *Ibidem*.

¹⁶ PAIVA, Odete – *Vila Nova de Famalicão...*

¹⁷ PAIVA, Odete – *S. Martinho de Avidos. Comunidade Rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade*. Vila Nova de Famalicão: NEPS/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

¹⁸ AMORIM, Maria Norberta – *Ibidem*.

Fontes

- A Guarda: Semanário católico regionalista*. Guarda: S. N. (1916–1917).
- CARVALHO, Vasco César de – *Espólio particular do autor. Pasta sobre a guerra*, s. d.
- Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.
- Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1920: 6.º Recenseamento Geral da População*. 2 Vols. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1964.
- X Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960*. VI Tomos. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1923 e 1925.
- Livro das Pensões de Guerra de 1917-1918*. Administração do Concelho de Famalicão.
- O Porvir. Semanário Democrático Independente*. Beja: S. N. (1914).
- Recenseamento militar do concelho de Vila Nova de Famalicão para o recrutamento do exército e da armada (1890-1919)*. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Relatório e contas da delegação de Vila Nova de Famalicão: desde a sua fundação 12/12/934 até 31/12/936*. Liga dos Combatentes da Grande Guerra/Vila Nova de Famalicão: Grandes Ateliers Gráficos Minerva, 1937, 15 p.

Referências bibliográficas

- AMORIM, Maria Norberta – *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho, 1991.
- BRUN, André – *A Malta das Trincheiras. Migalhas da Grande Guerra (1917-1918)*. Lisboa, Guimarães & C.ª, 1919, 166 p.
- CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919, 247 p.
- FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010, 664 p. ISBN 978-9892600345.
- MAGNO, David – *Livro da Guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do C.E.P. Recordação das trincheiras, da batalha e do cativo. Figuras, factos e impressões*. 2 Vols. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1921.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Afonso Costa*. 2.ª Ed. Lisboa: Arcádia, 1975, 486 p.
- PAIVA, Odete – *S. Martinho de Avidos. Comunidade Rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade*. Vila Nova de Famalicão: NEPS/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.
- *Vila Nova de Famalicão. De freguesia rural a urbana (1620–1960). Comportamentos demográficos e sociais*, sob a orientação de Maria Norberta Amorim e José Viriato Capela. Braga: Universidade do Minho, 2014, 418 p. Dissertação de Doutoramento.

RITA, Fernando – *A Primeira Grande Guerra em Moçambique (1914-1918)*. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20PRIMEIRA%20GRANDE%20GUERRA%20EM%20MO%20C3%87AMBIQUE.pdf>.

SAMPAIO, Alberto – *Estudos históricos e económicos*. Vol. I. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1923, 632 p.

TELLES, Bazílio – *Carestia de vida nos campos. Cartas a um lavrador*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1904, 403 p.

Webgrafia

<Http://arqhist.exercito.pt/viewer?id=126257>

Http://www.momentosdehistoria.com/MH_04_02_Coragem.htm